

Ministro quer encerrar disputas e colocar Inpe e Agência Espacial Brasileira para “trabalharem juntos”

27/04/12 - O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, aguarda a nomeação do novo presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB) para definir a escolha do novo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A intenção dele, explicada à **Agência Brasil**, é que as duas instituições “trabalhem juntas” e “acabem a disputa” entre a agência (criada há 14 anos), que tem a atribuição de formular e coordenar a política espacial brasileira e o mais renomado instituto de pesquisa do país (existente há 50 anos).

[Siga a SECTAM no Twitter!](#)

As duas instituições estão subordinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e aguardam a definição dos seus novos dirigentes.

Ainda em janeiro, Raupp convidou para o cargo de presidente da AEB o físico José Raimundo Braga Coelho, atualmente, à frente do Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP). Em meados de dezembro passado, a lista tríplice com o nome dos candidatos selecionados pelo comitê de busca foi encaminhada ao MCTI, comandado à época por Aloizio Mercadante.

AEB e Inpe são instituições centrais na nova política espacial que o próprio Raupp desenhou enquanto esteve à frente da agência (desde 2011 até a posse no MCTI). Raupp também foi diretor-geral do Inpe, de 1985 a 1989, quando o país lançou seu primeiro satélite e esboçou o acordo com a China por meio do qual o Brasil já lançou dois satélites de observação espacial.

A política espacial de Raupp associa o modelo estatal e o privado para a construção e operação do satélite geoestacionário brasileiro (SGB). A companhia Embraer (privatizada em 1994, no governo Itamar Franco) e a estatal Telebrás (recriada em 2009, no governo Lula) têm, desde o fim do ano passado, um memorando assinado prevendo a [parceria para a criação do SGB](#).

”O mecanismo mais forte para se promover essas estratégias é o mecanismo das parcerias público-privadas. O público é muito importante na concepção e na definição de estratégias a serem seguidas e na alocação de recursos públicos para financiamento das atividades. A área espacial depende de contratações do governo, mas a execução ao nível industrial de construção é uma atividade privada, a ser entregue a empresas privadas”, disse o ministro.

O SGB, com lançamento previsto para 2014, terá funções militares (como observação de fronteira) e dará suporte ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

Fonte: Agência Brasil, por Gilberto Costa